



GEOPOLÍTICA - PODER E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Shiguenoli Miyamoto

O objetivo destas notas é procurar mostrar a importância do estudo da geopolítica para a compreensão de muito que diz respeito não só à política doméstica, mas principalmente no que se refere às relações de poder no contexto internacional.

Da geopolítica muito se fala e pouco se sabe. O seu estudo não tem encontrado no meio acadêmico brasileiro qualquer aceitação, ressalvadas raras exceções. Não é difícil constatar este fato. Veja-se a abundante produção de trabalhos que versam sobre o assunto, para se chegar à conclusão de que se constitui em um quase monopólio dos setores militares. O meio acadêmico pouco ou nada

contribuiu nessa área¹. Até pelo contrário, manteve-se afastado, ignorando-a.

A pouca divulgação dos estudos sobre geopolítica é patente também pela própria inexistência, em português, da bibliografia clássica que trata do assunto — casos de Halford Mackinder, Alfred Thayer Mahan, Frederic Ratzel, Rudolf Kjellén ou Nicholas J. Spykman, entre outros² —, e na qual os teóricos como Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos se apoiaram³.

Vejamos, portanto, o que é geopolítica, qual o seu campo de atuação e como o poder é visto na ótica geopolítica⁴.

GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Segundo Napoleão Bonaparte "*la politique des États est dans leur géographie*"⁵. Para os geopolíticos esta é uma verdade irrefutável que deve ser obedecida à risca. A política dos Estados, afirmam, deve ser pensada considerando os condicionantes geográficos e moldada conforme esses últimos se apresentam.

Talvez eles tenham razão, pelo menos em parte. Mesmo Raymond Aron considera que "*a posição geográfica influi indiretamente sobre a política exterior de um país na medida em que serve de instrumento para determinar modos de pensar e sistemas políticos*"⁶. A derrota de Napoleão Bonaparte em 1812, quando invadiu a Rússia dos Czares, esquecendo-se daquilo que ele mesmo havia dito alguns anos antes, é muitas vezes lembrada pelos entusiastas da geopolítica para confirmar a importância que ela deve merecer não só pelos estrategistas militares, como também pelos estadistas.

A geopolítica tem por fim precípua auxiliar a formulação da política estratégia nacional. Quer dizer, ela visa fornecer elementos que possibilitem, dentro de uma estratégia global de planejamento, dotar um país de certo poder, auxiliando-a a desempenhar papel de realce no concerto internacional das nações⁷. A geopolítica é

pensada então, em última instância, em termos de uma guerra, sendo esta, nas palavras de Clausewitz, a continuação da política por outros meios⁸.

Isto envolve conseqüentemente as relações entre os diversos países, ou seja, considerar o jogo das relações internacionais. A análise da política internacional, entretanto, pode ser feita sob diversos prismas⁹. Segundo Frederic S. Dunn as primeiras pessoas que se preocuparam com o estudo das relações internacionais, procuraram conceber sistemas sociais ideais onde as guerras não existiam, valorizando a realidade existente à luz dessas concepções ideais¹⁰.

Para um observador medianamente atento, esse tipo de abordagem certamente contribuirá muito pouco para se entender o papel real que um ou outro país desempenha no sistema mundial do poder. A própria história mostra que as relações entre os países sempre foram permeadas por inúmeros conflitos, ora fazendo desaparecer ora criando novos Estados soberanos, dilatando ou contraindo as fronteiras, propiciando ou bloqueando o acesso ao mar.

Considerando a fragilidade de teorias concebidas dessa forma, o que se observa nas modernas teorias sobre as relações internacionais é a tendência em valorizar o que ocorre em termos concretos e a partir desses elementos, orientar a interpretação privilegiando

comportamento dos países e quais as conseqüências para o equilíbrio do poder mundial. Nessa direção caminham estudos realizados por Raymond Aron (1963 e 1975), George Liska (1963), Karl Deutsch (1970), Hans Morgenthau (1973), Wayne Selcher (1979) e Ray Cline (1977 e 1979), entre outros¹¹.

As análises de Aron, em grande parte, focalizam o conflito entre as nações, a paz e a guerra, considerando o estudo das relações internacionais como uma análise que deve ser feita através das mudanças decorrentes não apenas na situação geral, mas também no interior de cada Estado.

Já Liska sugere que o equilíbrio entre as nações deve ser conseguido pelo apoio e o respeito aos organismos mundiais, isto é, que haja um compromisso dos Estados. A sua idéia principal é a do equilíbrio institucional aplicado antes de tudo à organização internacional, com relação à sua estrutura, aos propósitos dos seus membros e restrito ao âmbito geográfico e funcional.

Para Deutsch, Morgenthau, Selcher e Cline, da mesma forma que para Maquiavel e Hobbes, o conceito de poder é a base nas relações entre os Estados para determinar a sua capacidade de influência na comunidade internacional. O poder é então entendido como a capacidade de prevalecer em um conflito e de vencer obstáculos. Aliás esta é a mesma visão que Karl

Von Clausewitz tem da guerra em sua conhecida máxima: *"A guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade"*¹².

Concebendo a possibilidade de uma teoria normativa de política internacional (que considera o estudo da política em termos do *dever ser*) ou por uma teoria geral (que vê sempre a existência de uma teoria implícita por trás de quase todos os atos, tanto dos homens como dos Estados), ou por uma teoria como base para a ação (que procura esclarecer a conexão e inter-relação entre discursos e tratados de estadistas e suas políticas¹³; ou apoiando-se em teorias denominadas por Marcel Merle de clássica (estado da natureza, direito natural e positivismo), marxista (relações de produção) e anglo-saxiã (behaviorista e funcionalista), encontra-se presente o Estado¹⁴.

Este Estado, por sua vez, possui um território (maior ou menor) e uma população, e vai relacionar-se com os demais tanto pelo intercâmbio econômico e cultural, como pelo conflito representado pela guerra, apoiando-se portanto em seu poder bélico. Neste último contexto o fator geográfico pode, muitas vezes, ser fundamental, considerando-se obviamente a existência de outras variáveis, como o avanço tecnológico sofrido pela própria indústria de guerra.

No jogo das relações internacionais a geopolítica tende a demons-

trar a subordinação da política internacional dos Estados ao fator geográfico, diz Merle. Nesta ótica, há, portanto, necessidade de considerar o tamanho do território que cada Estado possui, sua posição no espaço, além das potencialidades econômicas, militares e recursos humanos com que poderá contar. O espaço aqui converte-se em fonte de poder, porque quanto maior — eventualmente ocupado e protegido — pode permitir ao país detentor dessa vantagem a possibilidade de estabelecer a estratégia que ache mais aconselhável.

*A geopolítica é, portanto, uma teoria do poder, apoiada fundamentalmente no território, e só tem valor, diz Oliveiros S. Ferreira, se utilizar os fatores geográficos na formulação de uma política¹⁵. Apresenta assim maior ou menor importância na formulação do Conceito Estratégico Nacional ou grande estratégia, conforme as prioridades fixadas pelos *policy makers*¹⁶.*

Ao se considerar, todavia, a geopolítica *um meio* para se analisar não só as relações internacionais, como para entender muito do que se faz em termos da própria política doméstica, uma pergunta se faz: é válido considerar a geopolítica como ciência e, a partir daí, interpretar os fatos, ou é apenas uma ideologia correndo, neste caso, o risco de criarmos um viés analítico?

Essa ambivalência que a geopo-

lítica apresenta tem se constituído em obstáculo constante para sua utilização no estudo das relações internacionais. Para muitos a geopolítica não apresenta qualquer caráter científico que a possa colocar no mesmo plano das demais áreas de conhecimento que obedecem a um rigor conceitual mais preciso. Nesse sentido a geopolítica é vista apenas como um conjunto de idéias que serve como uma ideologia de dominação e, diz Nelson Werneck Sodré, apresenta a culminância da tripla ideológica. Entretanto, continua ainda Sodré, "*seu estudo deve deixar de ser feito pois encerra preciosos ensinamentos particularmente quanto ao grau de descomedimento e de fidelidade a que pode atingir o compromisso, quando a serviço das forças reacionárias, necessariamente obscurantistas*"¹⁷.

Não vamos aqui discutir a validade de afirmações desta natureza. Tampouco vamos nos dedicar nas discussões sobre o que é ciência ou ideologia, inclusive para discutir uma ou outra ou pensar própria ciência como ideologia não é o objetivo principal de nosso trabalho. Além do mais a distinção entre ciência e ideologia é atual hoje, mais do que antes, objetivas calorosas discussões.

Pode-se dizer, contudo, que a geopolítica deve ser considerada um instrumento válido para a investigação quando se detém a

campo de atuação, qual seja, utilizando-se os elementos fornecidos pela geografia e fixando-se apenas no estudo do espaço geográfico e suas aplicações na formulação de uma política visando fins estratégicos. No momento em que a geopolítica foge a este escopo, envolvendo considerações étnicas ou sobre a organização nacional, converte-se em uma ideologia a serviço de um grupo dominante.

SOBRE O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA -

A geopolítica pode ser considerada uma área recente de estudos. Surgiu *stricto sensu* no final do século passado, quando o termo foi utilizado pela primeira vez pelo professor sueco Rudolf Kjellén (1864-1922), em 1899, na revista *Mer*.

Teve o seu apogeu nas décadas de 1920 e 1930, justamente no período de entre-guerras. Foi a base, pelo menos nos anos iniciais, sobre a qual repousou a política do III Reich. Não é sem razão, portanto, o temor que de muitos se apossa à simples menção da palavra geopolítica: ela é imediatamente associada à conquista do poder, do *espacio vital*, desencadeado pela ostensiva política expansionista do Nacional-Socialismo. Daí o preconceito e reserva com que é vista.

A geopolítica encontra seus fundamentos na história e na geografia. É através da interpretação

dos acontecimentos históricos à luz da geografia, que a geopolítica elabora suas teorias. Segundo as concepções encontradas na Escola Superior de Guerra, além desses dois elementos, a geopolítica se fundamenta também no Poder Nacional, porque este se encontra ligado a todos os acontecimentos que permearam a história da humanidade, desde as antigas civilizações, tanto a egípcia como a romana¹⁸.

Cada autor conceitua a geopolítica de forma distinta, mas todos parecem concordar em um ponto: ela se apresenta de forma dinâmica. Vejamos, pois, como alguns a consideram.

Assim Kjellén a definiu: "*Geopolítica é a ciência do Estado como organismo geográfico e, significativamente, como soberania*",¹⁹. Para Karl Haushoffer, da "*Escola de Munique*"

"*A geopolítica é a ciência que trata da dependência dos fatos políticos em relação ao solo. Apóia-se sobre as amplas bases da geografia, em especial da Geografia Política, doutrina da estrutura espacial dos organismos políticos (...)* A geopolítica aspira a proporcionar as armas para ação política, e os princípios que sirvam de guia na vida política. A geopolítica é a base da atuação política, na luta de vida ou morte dos organismos estatais pelo espaço vital"²⁰.

É sua também a afirmação de que a geopolítica é a *consciência geográfica do Estado*.

Hans Weigert, por sua vez, afirmou que

*"a geopolítica é a geografia política aplicada na política de Poder Nacional e sua estratégia na paz e na guerra (e) ao relacionar todo desenvolvimento histórico com as condições de espaço e solo (e) ao considerar a história determinada por estas forças eternas, a geopolítica tenta prever o futuro"*²¹.

Já Robert Strausz-Hupé considerou que *"a geopolítica proporciona as bases para os projetos de uma estratégia de caráter global, sendo a estratégia política sinônimo da arte do estadista"*²².

No Brasil Everardo Backheuser, um dos mais conhecidos representantes no campo da geopolítica, definiu-a como a *"política feita em decorrência das condições geográficas"*²³ enquanto para o general Carlos de Meira Mattos *"A geopolítica é a política aplicada aos espaços geográficos"*²⁴.

As definições, como se pode ver, são múltiplas. Após comparar vários autores, Jorge Atencio conceitua a geopolítica da seguinte forma:

"Ciência que estuda a influência dos fatores geográficos na vida e evolução dos Estados, a fim de extrair conclusões de caráter político. A geopolítica guia o estadista na condução da política interna e externa do Estado, e orienta o militar na preservação da defesa nacional e na consideração da relativa permanência da realidade geo-

*gráfica, e lhes permite deduzir forma concordante com esta realidade em que se podem alcançar objetos e, em consequência, medidas de condução política e estratégica convenientes"*²⁵.

Esta é uma definição ampla e completa. Assemelha-se às concepções de Kjellén e Ratzel, mas pode-se ver que evita incorrer no determinismo geográfico. Não retira, contudo, à geografia, o papel que ela deve exercer na elaboração da condução política ou estratégica. Apoiamo-nos nas concepções de Strausz-Hupé, mas não as renega, não manifesta um preconceito a priori. Como fizeram este autor e Hans Weigert, não apenas em relação à geopolítica, mas também à política germânica.

Após conceituar a geopolítica, vejamos algumas diferenças que ela apresenta em relação à Geografia Política. Muitas vezes costumamos confundir o campo de atuação da Geopolítica com o da Geografia Política. Ambas diferem, todavia, não só quanto ao seu objeto de investigação, como são ramificações de áreas diferentes. A geopolítica pertence ao campo da Geografia, enquanto a Geopolítica se encontra intimamente vinculada à Ciência Política.

A Geografia Política, tal como a Geografia Social, Econômica ou Geografia Cultural, apóia-se em observações estáticas dos fatos geográficos. Considera as fronteiras, rios, planícies e planaltos, quanto elementos componer

do meio físico, detendo-se na mera descrição desses fatores. Assim a fronteira é considerada apenas uma linha demarcatória entre duas regiões, províncias ou Estados, e simboliza, através de limites naturais, a forma como está constituído um território, isto é, onde termina um Estado e começa outro.

A Geografia Política não se preocupa com a pressão que um Estado exerce sobre o outro através de uma política de poder, seja pela pressão demográfica, económica ou militar. Não analisa o papel da fronteira viva, considerada, por exemplo, por Jacques Ancel como *"uma isóbara política que fixa durante um tempo o equilíbrio entre duas pressões: equilíbrio de massas, equilíbrio de forças"*²⁶. Nem a concebe como faz Ratzel em uma de suas leis de crescimento do Estado (mencionadas no item seguinte). Da mesma forma, os rios e vales, as planícies e planaltos também não são considerados sob o ponto de vista estratégico. São vistos como elementos pertencentes à topografia, e, da mesma forma que as fronteiras, servem apenas para estabelecer limites físicos. Convertem-se portanto em elementos estáticos, imóveis, e como tais, analisados sob a ótica da Geografia e não da Ciência Política.

Dispomos já, a esta altura, de elementos suficientes para poder definir o seu campo de atuação. Podemos fazê-lo da seguinte forma:

"A Geografia Política estuda as diferentes modificações que os diferentes agrupamentos humanos imprimem na superfície terrestre,

*mesmo quando estas não se modificarem materialmente"*²⁷

Ou então como Henning & Korholz:

*"A Geografia Política trata da forma e da divisão política dos Estados em determinada época, quer dizer, de uma situação estável, e traça quadros semelhantes a vistas fotográficas"*²⁸

A geopolítica, pelo contrário, não se satisfaz com a mera descrição física *"fotografando"* apenas esses acidentes geográficos. Ela se preocupa com os *"movimentos"* desses elementos, e com a sua aplicação na formulação de uma política que visa principalmente fins estratégicos. Adquire, desta forma, um caráter essencialmente dinâmico, e é justamente neste ponto que ela mais se diferencia da Geografia Política.

O DETERMINISMO NA GEOPOLÍTICA

Há aqueles que *"criaram escolas"*. Frederic Ratzel (1844-1904) foi um deles. Para ele o Estado era um organismo dotado de características dinâmicas, e não simplesmente um ser assentado na configuração estática dos limites físicos estabelecidos pelos geógrafos. O Estado, dizia Ratzel, desenvolve-se de acordo com as flutuações, com os altos e baixos de sua História, ora aumentando ora diminuindo o seu território, apoiando-se em dois elementos fornecidos pela geografia: o espaço e a posição.

O território não se constitui, portanto, em um *espaço fixo*, muito pelo contrário, encontra-se pro-

penso a alterações profundas. Estas concepções foram por ele desenvolvidas em *Antropogeografia* (1888) e *Geografia Política* (1897), esta última reeditada em 1903 com o título de *Geografia dos Estados, do Comércio e da Guerra*. Nestas obras Ratzel afirmou que o Estado sequioso de poder, e que almejasse viver em paz, sem ameaças à sua integridade, devia possuir sempre uma grande extensão territorial. A existência de espaço suficiente que lhe permitisse defender-se contra invasões provenientes de qualquer dos quadrantes era considerada essencial para que a sua estratégia pudesse ser traçada convenientemente, segundo critérios previamente escolhidos por seus governantes. Baseando-se em sete princípios, conhecidos como as *leis do crescimento espacial do Estado ou teoria do espaço vital (Lebensraum)*, assim Ratzel os enunciou:

1. O espaço dos Estados aumenta com o crescimento da cultura.
2. O crescimento dos Estados apresenta sintomas de desenvolvimento cultural, idéias, produção comercial e industrial, etc., os quais necessariamente precedem a expansão efetiva do Estado.
3. O crescimento dos Estados se verifica pela gradual integração e coerência de pequenas unidades, mediante a amalgamação e absorção de elementos menores.
4. A fronteira é o órgão periférico do Estado, e, como tal, a prova de crescimento estatal; é a força e as mudanças desse organismo.
5. Em seu crescimento o Estado tende a incluir seções politicamente

valiosas, como os rios, linhas de costa, planícies e outras regiões ricas em recursos.

6. O primeiro impulso para o crescimento territorial chega ao Estado primitivo vindo de fora, de uma civilização superior.

7. A orientação geral para a conexão territorial transmite a tendência de crescimento territorial de espaço em espaço, incrementando sua intensidade²⁹.

Estes princípios, como veremos adiante, influenciaram de maneira decisiva, algumas décadas depois, a "Escola de Munique", nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial.

Rudolf Kjellén (1864-1922), por sua vez, foi o autor da *teoria organicista* do Estado. De acordo com as suas concepções, o Estado é um organismo vivo que apresenta em sua existência diversas fases. Como qualquer ser orgânico caracteriza-se por apresentar etapas como o nascimento, o crescimento, o desenvolvimento e a senilidade. Autor de *O espaço como forma de vida* (1916), *Fundamentos para um sistema de política* (1920) e *As grandes potências e os problemas políticos da Guerra Mundial* (1921?), Kjellén considerou o Estado um organismo supra-individual, portanto, sujeito às leis do crescimento, podendo, nessas circunstâncias, ampliar o seu território, não só pela colonização, como também pela amalgamação ou conquista de áreas fronteiriças. Referindo-se à política de poder a ser desempenhada pelo Estado, sendo este considerado um organismo biológico, afirmou:

*"Se o Estado estivesse guiado simplesmente pela razão da lei, carceraria das reações instintivas que possuem todos os demais seres viventes. Enquanto a lei proporciona a moral, elemento racional do Estado, o poder lhe proporciona o impulso orgânico"*³⁰.

Vale dizer, o Estado deve assumir uma política de poder, de expansão territorial. É esta política de poder que vai orientar as diretrizes governamentais na realização de seus objetivos.

A política do *espaço vital* era entendida como a ciência que concebía o Estado semelhante a um organismo geográfico. Tratava-se portanto de uma concepção dinâmica da geografia. Em suma, o que Kjellén fez em relação a Ratzel, foi estabelecer definitivamente a diferença entre a Geografia Política e a Geopolítica, projetando a teoria ratzeliana para o campo da Ciência Política e definindo o seu campo de atuação.

Estes dois precursores da moderna geopolítica constituem com Halford Mackinder, Ellen Churchill Semple e Karl Haushoffer, o grupo dos geopolíticos pertencentes à Escola determinista. Para essa escola, a geografia é o elemento principal, determinante, que vai estabelecer a grandeza ou não de um povo e do Estado, daí a necessidade da conquista de espaço.

A postura da escola determinista pode ser bem caracterizada na interpretação histórica de Ratzel quando analisa a ocupação de um território por um povo mais forte que o aí reinante. Como o novo ocupante é superior, diz ele, a

tendência é que ocorra o desaparecimento do mais fraco. Esta superioridade vai ser manifestada justamente pela ocupação do espaço, materializando-se na exploração e povoamento desse mesmo território. Tal superioridade somente é possível, segundo Ratzel, porque ela é privativa das culturas superiores que têm a capacidade de deslocar as culturas inferiores para um plano secundário, isto é, fazendo com que desapareçam ou sejam absorvidas. Por isso *"a ascensão e o desaparecimento não afetam somente aos povos, mas também misturam culturas e as circunstâncias espaciais, motivo pelo qual a problemática do espaço domina toda a História"*³¹.

Para contrapor-se a esta tendência que considera o determinismo geográfico essencial para o desenvolvimento dos povos, a Escola possibilista, por sua vez, apóia-se na premissa de que o homem é que constitui o principal elemento da natureza. Segundo Vidal de la Blache (1845-1918), um dos representantes dessa escola, o homem é um fator geográfico porque pode manipular os recursos existentes, seja aproveitando as quedas d'água, seja através dos próprios instrumentos por ele criados. Nestas condições *"o homem colabora com todas as energias agrupadas e associadas segundo as condições do meio (e) entra no jogo da natureza"*³².

A geografia portanto pode facilitar, mas não determinar a ação do homem. Ela propicia recursos e fornece elementos, tornando viável um melhor aproveitamento das

potencialidades do território, facilitando conseqüentemente o desenvolvimento local.

A GEOPOLÍTICA E A CONCEPÇÃO DE PODER

Se atenção for dada às concepções de poder do Estado, defendidas por Ratzel e Kjellén, ver-se-á, de imediato, que o poder terrestre é privilegiado em suas análises, o mesmo acontecendo com Mackinder. Mas os autores que trataram da geopolítica, mesmo quando esta não era ainda conhecida com tal designação, não se detiveram apenas nas áreas terrestres como fonte de poder. Alfred Thayer Mahan fez a apologia do poder marítimo, o mesmo se sucedendo com Nicholas John Spykman. enquanto Alexander P. de Seversky e William Mitchell foram, entre outros, representantes do poder aéreo.

O poder de um Estado não se restringe somente à superfície física, repousando sobre os quilômetros quadrados de que é possuidor, em maior ou menor quantidade. Na análise geopolítica o poder pode ser visto sob diversos ângulos. A Escola Superior de Guerra brasileira, por exemplo, afirma que *"O Poder do Estado nada mais é que um macrocomponente politicamente institucionalizado do Poder Nacional"*³³.

Por sua vez este Poder Nacional é o resultado dos fatores políticos, econômicos, militares e psicossociais de que dispõe o país, isto é, o conjunto das potencialidade nacionais.

Esta concepção de poder não privilegia a geografia como elemento determinante do papel que o Estado desempenha em termos internacionais. Isto não é de se estranhar. Não só a Escola Superior de Guerra (ESG), como a maioria dos estrategistas, sabem que a geografia, com o passar do tempo, perdeu parte de seu valor nas concepções estratégicas, não ocupando o mesmo papel que desempenhou anteriormente. A vasta extensão territorial e a distância, aliados ao clima, foram elementos importantes, se não imprescindíveis, para que alguns Estados se mantivessem durante anos praticamente intocados. Mas o mesmo não pode ser afirmado hoje, sem certa dose de ceticismo e ironia.

A retirada de Napoleão Bonaparte na Rússia Czarista, em 1812, é um exemplo ainda vivo de como a extensão territorial ocupou papel preponderante para o estabelecimento de uma estratégia de fuga para o interior, quando os generais russos abandonaram Moscou. Em anos mais recentes, a inviolabilidade do território norte-americano na Segunda Guerra Mundial, também serviu para comprovar a importância das grandes distâncias que separam um e outro continente.

Todavia estas concepções apoiadas apenas nos fatores geográficos encontram-se em grande parte, superadas com o avanço tecnológico experimentado pela indústria de guerra, e só podem encontrar respaldo em um contexto de conflitos realizados em moldes clássicos, utilizando-se armas convencionais.

O mesmo, entretanto, não pode ser dito dentro de um quadro de guerra total e lançando mão de todos os recursos disponíveis.³⁴

Nestes termos, a concepção de poder como foi enunciada por Morgenthau no final da década de 1940, muitos anos antes do surgimento dos mísseis intercontinentais é ultrapassada. São suas as seguintes afirmações:

*"O fator mais estável sobre o qual o poder de uma nação se apóia é obviamente a geografia. Por exemplo, o fato de o território continental dos Estados Unidos encontrar-se separado de outros continentes por massas de água de três mil milhas a leste e mais de seis mil milhas a oeste, é um fator permanente, que determina a posição dos Estados Unidos no mundo, e a sua posição geográfica permanece como um fator fundamental de importância permanente que as políticas exteriores de todas as nações devem levar em consideração"*³⁵.

Possivelmente talvez o mesmo não fosse dito hoje, sem os devidos reparos. Posição antagônica a essa já foi defendida por Henry Kissinger, em 1957, quando analisou o sistema das relações internacionais num contexto onde passou a imperar o poder nuclear. Os oceanos tornaram-se a partir desse momento um elemento de relativa segurança e, diz Kissinger, *"o caráter destruidor e rápido das armas modernas acabou com nossa invulnerabilidade histórica, e a polarização do mundo reduziu nossa margem de segurança tradicional"*³⁶.

Contradizer ou não as posturas

de cada autor não será, contudo, nosso intuito. O escopo destes parágrafos será mostrar as diversas concepções de poder na geopolítica e em que níveis elas se manifestam.

Na consideração do poder geopolítico, a geografia certamente exerce papel de grande importância. É nos fatores físicos que compõem a natureza que a geopolítica vai buscar suas inspirações. Considerando estes mesmos elementos, os geopolíticos vão privilegiar um ao outro, mostrando as vantagens e desvantagens que podem contribuir para o fortalecimento do Poder do Estado.

A geografia contribui desta forma para a formulação das teorias geopolíticas apoiadas no solo, no mar e no ar. Estes três elementos vão propiciar, na geopolítica, a grandeza do Estado que os possui em maior ou menor grau, projetando-o internacionalmente.

Mackinder e o "coração do mundo"

O defensor principal do poder terrestre foi, sem sombra de dúvida, sir Halford Mackinder (1861-1947). Sua concepção estratégica de poder data de 1904, quando apresentou perante a *Royal Geographical Society*, de Londres, os pilares de uma nova teoria desenvolvida no trabalho intitulado *O eixo geográfico da história*.

Apoiando-se na correlação existente entre os fatores geográficos e históricos, Mackinder elaborou e lançou-se à defesa da teoria do *coração do mundo (Heartland)*.

A história da Europa, segundo Mackinder, é o resultado das pressões oriundas do continente asiático. Para fazer esta afirmação Mackinder baseou-se nos dados históricos das invasões pelas quais passou o continente europeu, quando foi assolado por ataques dos mongóis e hunos, búlgaros e magiares, tudâneos e avaros. A criação da Áustria como tentativa de se estabelecer uma barreira contra os hunos; a fortificação de Viena, resultante das campanhas de Carlos Magno; e as alianças entre os francos, godos e os provinciais romanos unidos em Chalons, em uma frente comum contra os invasores: estes foram alguns dos exemplos que Mackinder utilizou para mostrar a pressão asiática sobre a Europa. A civilização européia é, portanto, o produto da luta que, através dos séculos, travou contra as hordas asiáticas.

Lançando mão dos fatores geográficos, procurou mostrar como as cargas pluviométricas podem influenciar a aglomeração de massas populacionais. Onde as chuvas são abundantes, como ocorre no litoral e nas regiões mais próximas à costa marítima, verifica-se uma grande concentração demográfica. Exatamente o contrário ocorre no centro dos continentes, onde o clima, devido à escassez de chuvas, é relativamente seco e por isso pouco povoado. Todavia, é o centro do continente asiático, onde as estepes ocupam grandes extensões,

mercê os desertos, que se encontram as condições propícias para a existência de uma população nômade, rala, mas considerável em seu conjunto, e constituída de hábeis e extremamente ativos jinetes.

É essa área ocupada por esses nômades, estrategicamente situada, e chamada *coração do mundo*, de onde foram desencadeados os ataques à Europa, que Mackinder analisou, e que corresponde a

*"uma terra contínua, rodeada por gelos ao norte e por água nas outras partes, que mede 21 milhões de milhas quadradas (54,4 milhões de quilômetros quadrados), ou seja, mais de três vezes a extensão da América do Norte, e cujo centro e norte medem ao redor de 9 milhões de milhas quadradas (23,3 milhões de quilômetros quadrados), ou seja, mais de duas vezes a extensão da Europa, não têm nenhum curso de água que chegue ao oceano, porém, por outra parte, e excetuando a zona dos bosques subárticos, são geralmente favoráveis para a mobilidades dos homens que montam a cavalo ou camelos"*³⁷.

Aqui está a região inexpugnável de Mackinder, o *coração do mundo*, que faz parte da Ilha Mundial, e que em 1919 teve a sua importância estratégica sintetizada neste princípio: *"Quem domina a Europa Oriental controla o coração do mundo. Quem domina o coração do mundo controla a Ilha Mundial."*

Quem domina a Ilha Mundial controla o mundo".³⁸

Mackinder privilegiou, portanto, o poder terrestre, adotando uma concepção estratégica de *espaço fechado*, situada dentro daquilo que ele mesmo designou de hemisfério interior. Àquelas regiões situadas nas zonas marginais ou correspondente ao hemisfério exterior, estavam destinados papéis secundários quanto ao controle do poder mundial. Mesmo os Estados Unidos achavam-se relegados, em sua teoria, a "um papel de menor importância, embora reconhecesse anos depois, em parte, os erros dessa avaliação. Apesar de promover alterações em sua teoria, considerando a própria evolução ocorrida através de dois conflitos mundiais, Mackinder conservou-se fiel aos princípios iniciais ditados sobre a inexpugnabilidade do *coração do mundo*.

Mahan e o poder naval

O mar sempre foi considerado uma fonte de poder. Não só nos tempos modernos este fato pode ser constatado, mas desde a antiguidade o mar foi um dos primeiros obstáculos a ser vencido e transposto. Quem não o conseguisse dominar, ou dele se encontrasse afastado, tinha já diminuída as possibilidades de uma futura expansão.

No continente asiático o poder terrestre se constitui em uma fon-

te de poder de primeira grandeza, como se vê pelos dados históricos expostos por Mackinder referindo-se aos povos asiáticos que ocuparam extensas áreas territoriais.

Contudo, os mares também propiciaram, desde os primeiros tempos, o caminho para se atingir outras terras, fazendo com que se ampliassem os domínios territoriais de alguns países, ou então que fosse pelo menos incentivado o intercâmbio comercial e cultural. Os fenícios, os vikings, os portugueses, os espanhóis e os holandeses, entre outros, foram exemplos de como o domínio dos oceanos foi importante em momentos de sua história. A Inglaterra pode ser citada como exemplo de um país que soube ampliar, através de sua política marítima, seus territórios. Criou um império geograficamente fragmentado, mas nem por isso menos desprovido de força que outros países cujo território era único e de grande extensão. Por isso, enquanto alguns povos optaram, devido à sua própria localização geográfica, pela expansão do poder terrestre outros, pelos mesmos motivos, lançaram-se à conquista dos mares ampliando o seu poder.

Na geopolítica, muitos analisaram o papel dos mares e a sua influência no fortalecimento do poder dos Estados. Entre estes, Alfred Thayer Mahan (1840-1914), oficial da Marinha norte-americana, é o mais conhecido defensor do po-

der naval. Sua obra descreve os "verdadeiros motivos" da grandeza do império britânico, e é referência indispensável para a análise das teorias geopolíticas.

Segundo Mahan as condições que afetam o poder marítimo das nações podem ser enumeradas na seguinte ordem: posição geográfica; configuração física geográfica; configuração física incluindo as produções naturais e o clima; extensão territorial; tamanho da população; caráter do povo; caráter do governo, incluindo aqui as instituições nacionais. Através desses elementos Mahan procurou mostrar como cada um deles podia favorecer ou não o fortalecimento do poder marítimo de uma nação³⁹.

Referindo-se, por exemplo, à posição geográfica, e citando explicitamente o caso da Inglaterra, afirmou que este país pôde desenvolver o poder marítimo justamente pelo fato de não ter fronteiras terrestres a defender. Devido à sua insularidade e a distância do continente, a preocupação desse país em estimular a formação de um grande exército era restrita, podendo então canalizar recursos e esforços na formação de uma poderosa esquadra naval. Foram estas algumas das vantagens que a Inglaterra teve, não apenas sobre a França, como também sobre a Holanda, na consecução do poder naval.

A configuração geográfica do território também é importante,

porque, através de análise das costas e do interior, pode-se saber se o povo tem ou não vocação marítima. Mas há condições, como portos numerosos e profundos, que serão fonte de força e riqueza, principalmente se estiverem localizados em desembocaduras de rios navegáveis, facilitando o fluxo comercial interno. O país que tiver portos dessa natureza corre, contudo, o risco de se apresentar débil em caso de guerra, se não souber protegê-los devidamente.

Quanto à extensão territorial, considera-se basicamente a extensão das costas, e não do total do país; quanto à população deve-se considerar não apenas o total, mas a quantidade de pessoas que se encontra voltada para as atividades marítimas e que se vai constituir em uma fonte de recursos com o qual o país pode contar. O efeito do caráter nacional e aptidões para o desenvolvimento do poder marítimo também foram analisados. As aptidões de um povo voltado para o mar faz, segundo Mahan, com que seja incrementado o comércio por via marítima, constituindo-se portanto em uma fonte do próprio poder nacional. As minas brasileiras, dizia ele, foram a ruína de Portugal, porque esse país não soube desenvolver um comércio adequado, embora pudesse fazê-lo, sendo possuidor de uma costa marítima de dimensões razoáveis. Da mesma forma a Espanha "foi arruinada" pelas minas do México e

do Peru, enquanto o inverso se sucedeu com a Inglaterra e a Holanda. Por último, o governo deve saber detectar a vocação marítima do povo, e, sendo portador dessas aspirações, dirigir seus esforços para o fortalecimento do poder nacional.

O poder aéreo.

Mesmo com as duas Guerras Mundiais, Mackinder praticamente manteve inalterada a sua concepção de *espaço* fechado*. Embora tenha considerado importante a criação de zonas tampões em regiões estratégicas, como o Mar Negro e o Báltico, logo após a Primeira Guerra, e reconsiderado a importância dos Estados Unidos anos depois, o poder aéreo ficou relegado ainda a um papel secundário em sua análise. Com as modificações introduzidas em sua teoria parece que pretendeu, isto sim, aliar a força das terras do *coração do mundo* ao poder dos mares que circundam essa região.

O avanço tecnológico experimentado nas últimas décadas, entretanto, trouxe à tona uma nova concepção de poder. A conquista dos ares tornou-se, a partir da Primeira Guerra Mundial, um dos fatores cruciais para se assegurar um bom resultado no combate militar, diminuindo distâncias e rompendo barreiras muitas vezes difíceis de serem transportadas por via terrestre ou marítima.

Considerando a sua importância futura vários estrategistas discutiram e formularam uma nova concepção de estratégia apoiada no fortalecimento da força aérea e no domínio dos ares. Entre esses, William Mitchell, J.F. Von Seecket, Alexander P. de Seversky e J. Douhet são os mais conhecidos representantes do poder aéreo. Não negligenciaram a necessidade das forças terrestres e marítimas, como afirmou Douhet. Para ele devia-se atentar para o fato de que

*"na atualidade temos plena consciência da importância do domínio do mar; não menos importante será dentro em breve, a conquista do ar, porque somente possuindo-o, aí então poderemos usufruir das vantagens que se resumem na frase: do alto vê-se bem e distingue-se o alvo facilmente. Só poderemos gozar seus benefícios plenamente quando pudermos obrigar os inimigos a permanecerem em terra"*⁴⁰.

Mitchell, por sua vez, defendeu a necessidade de uma força aérea forte, enquanto Von Seecket propugnou pela superioridade aérea.

*"aspirando não à anulação total da aviação adversária, mas sim a supremacia em tempo e espaço limitados em apoio as forças terrestres, móveis e potentes. É a conjunção força aérea-força motorizada que conseguiu tantos êxitos no início da Segunda Guerra Mundial"*⁴¹.

Por último, temos Seversky, admirador de William Mitchell, de quem foi colaborador durante mais de vinte anos. Seversky historiou diversos conflitos com o fito de mostrar o crepúsculo do poder naval, chegando à conclusão de que as esquadras já não estavam mais em condições de se sentirem "*senhoras do mundo*". Perdendo a sua capacidade ofensiva deixavam, portanto, de ser elemento principal na resolução de um conflito. Para Seversky, a força naval devia converter-se em um apêndice da força aérea. As suas posições foram bem definidas aqui:

*"A guerra será tanto mais rápida e decisivamente ganha, quanto mais cedo e mais completamente encararmos o fato de que, hoje em dia, a força aérea deve ser a espinha dorsal de qualquer estratégia vitoriosa. Essa revolução no pensamento nacional é essencial, antes que procedamos à mobilização dos homens, idéias e armas para a vitória"*⁴².

A influência das teorias

Como se pode observar pelas teorias expostas, são evidentes os esforços com que cada autor tenta valorizar a sua própria concepção de poder, seja ela terrestre, marítima ou aérea.

Mahan viveu quando a aviação dava os seus primeiros passos, portanto não podia prognosticar a sua eficácia futura. Isto no entanto

não significa que ele não tenha exercido marcada influência na conduta estratégica das grandes potências nas Grandes Guerras Mundiais deste século. O exemplo da Grã-Bretanha serve para ilustrar a importância do poder marítimo nos dois conflitos. Certamente seria incorrer em erro cair na assertiva de que o poder naval britânico foi o único responsável pelas vitórias. Fatores diversos devem ser considerados, como a aliança com outros Estados ou a política de equilíbrio mantida no continente europeu, mas que não minimizam a importância do poder naval.

Um de seus adeptos, em período mais recente, Nicholas John Spykman (1893-1943) mostrou também como o domínio dos mares foi importante, se não crucial, para a elaboração da estratégia dos Estados Unidos. Baseado nisso, Spykman lançou a *teoria das fimbrias marítimas*, que sucintamente constava da instalação de bases protetoras ao redor de todo o continente: no Atlântico, desde a Islândia, Groelândia, até a costa brasileira, passando pelas ilhas portuguesas e fazendo uma barreira no "*mediterrâneo americano*"; no Pacífico, desde as Ilhas Aleutas, Alasca, até o sul do Chile, região por ele considerada de menor importância porque além das bases já existentes no Pacífico Sul, nas ilhas Hawai — que estariam de alerta contra qualquer movimento suspeito nesta área — a distância

para um ataque direto aos Estados Unidos proveniente deste oceano era muito remota, dada a distância dos países potencialmente agressores. A sua preocupação maior era o Oceano Atlântico, onde se instalariam as bases avançadas formando um cordão protetor — o cordão sanitário — que desse tempo para que os Estados Unidos entrassem em alerta. Esta linha de conduta estratégica elaborada por Spykman não excluía, todavia, o poder aéreo⁴³.

Mackinder, com a teoria do *Heartland* raciocinava dentro de uma visão limitada de estratégia, e mesmo relegando o poder aéreo, foi grande a sua influência na Segunda Guerra Mundial. Um de seus seguidores, Karl Haushoffer (1869-1945) costumava referir-se à grande dívida que tinha para com ele. Há inclusive versões defendidas, por exemplo, por Hans Weigert que consideram tal a influência de Mackinder sobre Haushoffer, que este teria conduzido a política externa germânica fazendo com que seu país se mantivesse aliado à Rússia: assim poderia ampliar consideravelmente o seu poder estratégico, ocupando o *coração do mundo*. Segundo esta versão o Acordo Ribbentrop-Molotov realizado em 23 de agosto de 1939 teria sido uma vitória pessoal de Haushoffer que disputava com outro grupo, junto a Hitler, a responsabilidade pela formulação da estratégia alemã. Muitos conside-

ram inclusive Haushoffer autor de diversos capítulos da obra de Adolf Hitler, *Mein Kampf*. Dizem esses que as idéias expostas por Hitler nada mais eram do que as próprias idéias de Haushoffer. A dar crédito a estas versões, o rompimento das relações russo-germânicas, em julho de 1941, contrariou as concepções estratégicas de Haushoffer, confirmando as previsões por ele feita da impossibilidade de, simultaneamente, abrirem-se frentes diversas, ao invés de manter alianças, tentando conquistar a região inexpugnável, apoiando-se nos fundamentos da geopolítica⁴⁴.

Haushoffer buscou também inspiração em Ratzel e Kjellén. Pode-se verificar esta influência na concepção do *espaço vital* — *Lebensraum* — aplicada pelo III Reich e largamente divulgada pela *Zeitschrift für Geopolitik (Revista de Geopolítica)*, fundada pelo próprio Haushoffer e Obst em 15 de dezembro de 1943. Eram do primeiro afirmações como: "*O espaço rege a história da humanidade (...) visto que ele é o fator mais decisivo na política mundial*". Ou então, referindo-se à necessidade de a Alemanha ampliar o seu *espaço vital*:

As potências mundiais estão divididas em dois grupos fundamentalmente distintos: de um lado aqueles que têm muito mais espaço do que poderão algum dia dominar, e de outro, aqueles que

- 12 Clausewitz, Karl Von, *op. cit.*, p. 73.
- 13 Cf. Thompson, Kenneth W. — *Hacia una teoría de la política internacional*, in Hoffmann, Stanley (org.) *op. cit.*, p. 39-50.
- 14 Cf. Merle, Marcel — *Sociología de las relaciones internacionales*, Madrid, Editorial Alianza, 1976, 1a. parte.
- 15 Cf. Ferreira, Oliveira S. — *"La geopolítica y el Ejército brasileño"*, *op. cit.*, p. 161-199.
- 16 Nas palavras de B.H. Liddell-Hart, a distinção entre estratégia e grande estratégia é feita da seguinte forma: *"Assim como a tática é a aplicação da estratégia num plano mais baixo, a estratégia é igualmente uma aplicação da "grande estratégia", também num plano inferior. Na realidade, a finalidade da grande estratégia — estratégia superior — é coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação, ou grupo de nações, tendo em vista a conquista do objetivo político da guerra, definido pela política fundamental do governo"*. Liddell-Hart, B.H. — *Estratégia*, *op. cit.*, p. 416-417. Consultar também: Beaufre, General — *Introduction à la stratégie*, Paris, Librairie Armand Collin, 1965; *Estratégia da ação — o procedimento político e militar na era nuclear*, Rio de Janeiro, Edições Bloch, 1970; Celerier, Pierre, *op. cit.*
- 17 Cf. Sodré, Nelson Werneck — *Introdução à geografia — geografia e ideologia*, Petrópolis, Editores Vozes, 1976, p. 54. Ver também Chiavenato, Júlio José — *"Geopolítica capenga"*, *Leis Livros*, III (32), fev. 1981, p. 14.
- 18 Cf. ESG — *Geopolítica* — LS 17-77; Vasconcelos, Coronel Osny — *"A geopolítica e o Poder Nacional"*, *Segurança & Desenvolvimento*, XXI (150): 101-114, 1972.
- 19 Apud Vicens-Vives, J. — *op. cit.*, p. 49.
- 20 Apud Weigert, Hans W. — *Geopolítica, generales y geógrafos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1943, p. 24-25.
- 21 Weigert, Hans W., *op. cit.*, p. 25.
- 22 Strausz-Hupé, Robert — *Geopolitics — the struggle for space and power*, 2a. ed., New York, Arno Press, 1972, p. VIII.
- 23 Backheuser, Evarado — *"Geopolítica e geografia política"*, *A Defesa Nacional* (541).
- 24 Mattos, Carlos de Meira — *A geopolítica e as projeções do poder*, *op. cit.*, p. 103.
- 25 Atencio, Jorge, *op. cit.*, p. 41.
- 26 Ancel, Jacques — *Géographie des frontières*, 8a. ed., Paris, Librairie Armand Collin, 1938, p. 195.
- 27 Tobal, Gaston F. — *Lecciones de geografía política*, 15a. ed., Buenos Aires, Edição do Autor, p. 11.
- 28 Henning & Korholz, *op. cit.*, p. 13.
- 29 Apud Lescano, José Z. — *op. cit.*, p. 104-107.

30 Apud Atencio, Jorge, *op. cit.*, p. 111.

31 Ratzel, Federico — *"Ubicación y espacio"*, in Rattenbach, A. B. (comp.), *op. cit.*, p. 33.

32 La Blache, Vidal de — *Principios de geografía humana*, 2a. ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1954, p. 42.

33 ESG — *Manual Básico 75*, p. 64 — Ver o ensaio de Burgues, M. & Wolf, D. — *"Brasil, el concepto de poder en la Escuela Superior de Guerra"*, *Cuadernos Políticos*, México Ediciones Era (20): 89-103, abr./jun. 1971. Também no *Laru Working Papers* (27): 1-2 Toronto, 1979 e *Revista de Cultura Vozes* LXXIV (5): 343-360, jun./jul. 1979. A ligação do conceito de Poder Nacional com a teoria funcionalista pode ser igualmente vista em Marçal, Heitor — *"O Poder Nacional"*, *Revista de Finanças Públicas*, fevereiro de 1967, p. 2-16. Ver também Silva, Golbery do Couto e — *"Interiorização o grande tema em debate"*, *Revista de Finanças Públicas*, janeiro de 1969, p. 2-4.

34 Os conflitos internacionais podem apresentar, teoricamente, diversos graus, desde as tensões resolvidas por via diplomática até guerra total. De acordo com o Tenente Brigadeiro Lavêner-Wanderley, a guerra pode caracterizar-se (mas não necessariamente) diversos estímulos na seguinte ordem:

1. Guerra convencional e limitada, caracterizada por operações militares com armamento convencional e num teatro de operações limitado;

2. Guerra convencional generalizada e sem restrições, quando ocorre a mobilização total dos recursos da nação e a utilização, sem restrição, de todos os tipos de armas convencionais;

3. Guerra com uso limitado de armas de destruição de massa, quando se empregam armas nucleares táticas num teatro de operações limitado, incluindo também o emprego limitado de armas químicas e biológicas;

4. Guerra com emprego amplo e indiscriminado de armas de destruição em massa, marcada pela utilização de armas nucleares químicas, biológicas e radiológicas; a fase que Lavêner-Wanderley designa de *"espasmo nuclear"*. Cf. Lavêner-Wanderley, Nelson F. — *Estratégia militar e desarmamento*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora/Edições Bloch, 1971, cap. 3. Consultar também Demas, Claude — *La stratégie nucléaire*, Paris, Presses Universitaires de France (Que Sais-Jeu? vol. 1942), 1968; *Armamentos nucleares e guerra fria*, São Paulo, Perspectiva, 1979; Kissinger, Henry — *Nuclear weapons and foreign policy*, New York, Harper, 1957; *Armas nucleares y política internacional*, Madrid, Ediciones Rialp, 1962.

³⁵ Morgenthau, Hans W. — *Politics among Nations — The struggle for power peace*, 5a. ed., New York, Alfred A. Knopf, 1973, p. 12. A esse respeito consultar ainda Stoessinger, J. C. — *O poder das nações — a política internacional do nosso tempo*, São Paulo, Livraria Cultrix, 1978, p. 33-35.

³⁶ Cf. Kissinger, Henry — *Armas nucleares y política internacional*, op. cit., p. 18-19.

³⁹ Mackinder, Halford — “*The geographical pivot of History*” in *Democratic Ideals and reality*, 2a. ed., New York, The Norton Library, 1962, p. 255.

³⁸ Mackinder, Halford — *Democratic ideals and reality*, op. cit., p. 150. Segundo Mackinder a Ilha Mundial é constituída de seis regiões naturais: o coração do mundo, as terras monçônicas asiáticas, a costa europeia, o deserto do Saara, a Arábia e o coração do mundo do sul que corresponde a aproximadamente dois terços da África.

³⁹ Cf. Mahan, Alfred Thayer — *The influence of seapower upon History*, New York, Will and Wang, 1957, esp. cap. 1.

⁴⁰ Apud Atencio, Jorge op. cit., p. 309.

⁴¹ Apud Atencio, Jorge, op. cit., p. 310.

⁴² Severson, Alexander P. de, op. cit., p. 227.

⁴³ Cf. Spykman, Nicholas J. — *Estados Unidos frente al mundo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, cap. 14 e 15.

⁴⁴ Esta versão é controversa. Straus-Hupé, op. cit., em 1942 já falava sobre a inveracidade deste tipo de vinculação, enquanto C. Troll fez o mesmo em 1947. Para C. Troll o que houve foi uma superestimação, no estrangeiro, da influência política de Hausnoffer. Cf. Troll, C. — “*A geografia científica na Alemanha no período de 1933 a 1945; uma crítica e uma prestação de contas*”, *Boletim Geográfico*, VII (82): 1116-1130, e (83): 1269-1282, jan. e fev. de 1950.

⁴⁵ Cf. Haushoffer, Kael — “*Poder e espa-*

cia”, in Rattenbach, A.B. (comp.), op. cit., p. 85-95.

⁴⁶ A União Soviética, stretanto, não fundamenta sua estratégia apenas no poder terrestre. O poder marítimo também é altamente considerado. Isto pode ser visto no trabalho de equipe escrito pelo Marechal V.D. Sokolovski sobre a estratégia militar soviética que orienta o Estado-Maior da União Soviética em seus preparativos militares contra o Ocidente. Cf. *O Estado de S. Paulo*, de 25 a 27 de março de 1980.

⁴⁷ Cf. Spykman, Nicholas J., op. cit., Weigert, Hans & Steffanson, Wilhjalmer (eds.) *Compass of the world: a symposium on political geography*, New York, MacMillan, 1945; Mills, Dennis R. — “*The URSS: a reappraisal of Mackinder's Heartland concept*”, *The Scottish Geographical Magazine*, vol. 72, dec. 1956. Além desses, conferir os ensaios de Semmel, Bernard — “*Sir Halford Mackinder: theorist of imperialism*”, *The Canadian Journal of Economics and Political Science*, vol. 24, nov. 1958; Kruszewski, Charles — “*The pivot of History*”, *Foreign Affairs*, vol. 32, p. 388-401, 1954; Weigert, Hans et alii — *Principles of Political Geography*, New York: Appleton-Century Crofts, 1957; East, W. Gordon & Moodie, A.E. (eds.) — *The changing world: studies in Political Geography*, New York, World Book Co., 1956; Jackson, W.A. Douglas — *Russo-Chinese Borderlands*, New York, D. Van Nostrand, 1962.

⁴⁸ Cf. Sondern Jr., Frederic — “*A thousand scientists behind Hitler*”, *the Reader's Digest*, 38 (230): 23-27, jun. 1941.

⁴⁹ Destes autores ver: Demangeon, A., — “*Géographie politique*”, *Annales de Géographie*, Paris, XLII (229): 22-31, jan. 1932; Brunhes, Jean & Vallaux, Camille, op. cit.; La Blache, Vidal de —, op. cit., Ancel, Jacques — *Géopolitique*, Paris, Delagrave, 1936; *Géographie des frontières*, op. cit.



O professor Shiguenoli Miyamoto é bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo e mestre em Ciência Política pela mesma Universidade. É atualmente professor de Ciência Política na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília, SP.